



MANIFESTO DA MARCHA PELA EDUCAÇÃO

Os autores deste Manifesto são professores do norte ao sul do país que se uniram para organizar a Marcha pela Educação, com o propósito de chamar a atenção para os muitos e graves problemas que se vivem na Escola Pública e exigir a todos os partidos políticos um compromisso sério e firme para os resolver na próxima legislatura.

O Manifesto visa corresponder ao anseio de todos os que defendem a Educação em Portugal como um direito universal e inalienável, cujo cumprimento só é possível se se dotar a escola pública de todos os recursos necessários.

Exige-se, portanto, uma escola pública de qualidade, com todas as condições indispensáveis à aprendizagem, onde não falem pessoal não docente e professores qualificados para a docência, com carreiras atrativas e condições de trabalho dignas. Neste sentido, sublinhamos a urgência de proceder à contagem integral do tempo de serviço e à melhoria dos salários e das carreiras profissionais.

No atual momento de crise, a Escola Pública, como pilar fundamental do sistema educativo, deve ser garante de uma educação de qualidade e de igualdade de oportunidades para todos, independentemente das suas condições sociais, económicas e ambientais. Deve também valorizar o estatuto, o trabalho e a importância dos profissionais da educação para o presente e para o futuro da sociedade.

São **7 eixos** que os signatários deste Manifesto defendem:

1.º eixo – dignificação das carreiras profissionais de docentes e não docentes

Exige-se:

- a **recuperação**, na próxima legislatura, do **tempo de serviço congelado**;
- a **substituição** dos **atuais sistemas de avaliação do desempenho docente e não docente** por sistemas mais justos e imparciais, que eliminem a possibilidade de favorecimentos por parte de quem exerce o poder;
- a **abolição** das **quotas** na avaliação de desempenho e da **restrição** de **vagas** de progressão para o 5.º e 7.º escalões na carreira docente. Tais restrições demonstram ter como finalidade unicamente a contenção de despesas, em detrimento da valorização do mérito e do desenvolvimento profissional dos docentes;
- o **reposicionamento** no **escalão devido** considerando o tempo perdido com as ultrapassagens na carreira por aplicação da *Portaria n.º 119/2018*;
- o **aumento** dos **salários** de acordo com o crescente custo de vida e com a perda salarial sofrida desde o início do congelamento das carreiras, de forma a valorizar a profissão docente, promovendo a sua atratividade e reconhecendo o papel crucial dos profissionais de educação na formação das futuras gerações e no desenvolvimento de Portugal;

- a **revisão profunda** do *Decreto-Lei n.º 41/2022*, de modo a atender às necessidades dos docentes que concorrem à **mobilidade por doença**;
- **maior autonomia** das **escolas** por contraposição com a política da municipalização tanto na contratação de profissionais de educação como na definição de orientações educativas dos estabelecimentos escolares;
- a **vinculação laboral** ao **Ministério da Educação** de todo o pessoal docente e não docente;
- a **redução dos descontos** para a **ADSE**;
- o **direito à Caixa Geral de Aposentações** de todos os docentes e não docentes;
- o reconhecimento do **estatuto de profissão de desgaste rápido**;
- a **aposentação digna**, sem penalizações;
- a concessão de **apoio financeiro** de **deslocação** e de **habitação**, ou **benefícios fiscais**, aos docentes colocados longe da sua área de residência;
- o **direito à medicina no trabalho**;
- a **simplificação** dos **concursos nacionais**, eliminando prioridades suscetíveis de gerarem ultrapassagens que não respeitem a graduação profissional;
- **condições compensatórias** para os profissionais em **monodocência**;
- a **substituição** do atual regime jurídico da **habilitação profissional para a docência**, que está a favorecer a entrada na profissão de pessoas pouco qualificadas;
- a **eliminação** do regime de “**vinculação dinâmica**” ou de outro semelhante, por poder gerar injustiças e falsas expectativas.

2.º eixo – eliminação da sobrecarga laboral e redução da burocracia

Defende-se

- a **eliminação da sobrecarga do trabalho** docente, a **redução da burocracia**, a **supressão da componente não letiva de estabelecimento**, a **diminuição do número de alunos por turma** e a definição de **horários de trabalho equilibrados**, a fim de proporcionar aos docentes tempo necessário para a preparação de aulas, para a melhoria da sua atividade letiva, para a formação contínua e para o incentivo a processos pessoais de desenvolvimento cultural (tão importantes para uma prática letiva de qualidade), e ainda para a realização de projetos educativos de grande interesse e proveito para os alunos e para a respetiva comunidade educativa.

3.º eixo – melhoria das condições de trabalho e de aprendizagem

É preciso

- a **melhoria das condições de trabalho**, requalificando os espaços degradados dos edifícios escolares, substituindo o material informático e o mobiliário em mau estado ou em fim de linha, operando a manutenção regular dos materiais necessários, aumentando a velocidade de *Internet*, garantindo a vigilância e o acompanhamento dos alunos fora das salas de aula com mais assistentes operacionais, reforçando a segurança nas escolas, etc.;

- a **digitalização razoável** no ensino, sem excessos, ou seja, sem a massificação dos manuais escolares digitais e sem a implementação de provas de avaliação externa totalmente digitais, sem as condições essenciais para o efeito;
- a aposta em **medidas de recuperação** e de **reforço de aprendizagens** para os alunos com mais dificuldades, como, por exemplo, oferta de apoios pedagógicos nas disciplinas em causa (reconhecidos como componente letiva para os docentes), os quais devem ser de frequência obrigatória para os alunos propostos;
- o **acesso gratuito e universal às creches**;
- a **universalização da educação pré-escolar pública**.

4.º eixo – alteração do atual modelo de gestão escolar

- É imperiosa a **substituição** do atual **modelo autocrático de gestão das escolas** por um **modelo democrático e mais transparente**.

5.º eixo – provisão de recursos indispensáveis à inclusão

- Importa prover as escolas dos **recursos imprescindíveis** ao apoio e ao sucesso dos alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/ 2018, alocando os meios financeiros necessários.

6.º eixo – defesa de uma educação mais exigente e rigorosa

Urge:

- defender uma **educação exigente e rigorosa**, que prepare os alunos para os desafios do futuro;
- **reformular o currículo e diminuir a carga horária semanal dos alunos**, de maneira a promover o trabalho autónomo e uma boa articulação com as atividades extraescolares;
- **eliminar as provas de aferição**;
- **restabelecer as provas de avaliação externa no final do 1.º e 2.º ciclos** do ensino básico, a fim de responsabilizar todos os agentes educativos, contribuindo assim para a melhoria da qualidade das aprendizagens;
- **flexibilizar os critérios de constituição de turmas de Português Língua Não Materna**, de maneira a proporcionar a todos os alunos estrangeiros que vão chegando às escolas ao longo do ano as condições mínimas de aprendizagem da língua portuguesa.

7.º eixo – combate à indisciplina e à violência nas escolas

- É urgente **combater a indisciplina e a violência** em contexto escolar, estabelecendo medidas que garantam a autoridade do pessoal docente e não docente e responsabilizem os alunos e os seus encarregados de educação, a fim de proporcionar um clima institucional pacífico, seguro e propício ao ensino e à aprendizagem.

Os autores do Manifesto apelam aos partidos políticos e aos cidadãos que defendam uma **Escola Pública de Qualidade**, para a construção de um **futuro melhor** da **Educação** e do **País**.

Lisboa, 17 de fevereiro de 2024

Os subscritores:

Alberto Veronesi

Alexandra Narra

Amélia Fortuna

Cátia Cardoso

Cláudia Machado

Eduardo Ferreira

Filipa Marques

Gabriela Lomba

Hugo Pote

Joaquim Sampaio

Jorge Paulo Pereira

Lígia Violas

Paulo Cunha

Paulo Fazenda

Paulo Gomes

Paulo Pedro

Priscila Ventura

Rui Feliciano

Ruth Sá

Teresa Cardoso